

ARQUIVO. PA. 000 AS. 2012

Arquivo

02124 150811 Saída

- REGISTADO
 REGISTADO COM A.R

Exmo(a). Senhor(a)
ARH TEJO E OESTE - ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO
HIDROGRÁFICA DO TEJO E OESTE
RUA D. JOÃO IV, 33
2200-397 ABRANTES

| | |
|------------------|-------------------------------|
| Sua Referência: | Nossa Referência: |
| Sua Comunicação: | Of.º N.º: S/1915/2015 |
| Proc.º: | Proc.º: |
| DATA: | Redigido por: david.rodrigues |

Assunto: Revisão do PDM de Ansião - Envio de declaração ambiental.

A/C: Arq. Antonieta Junceiro e Eng.º Carlos Castro

Exmos. Srs.

Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio, juntamente enviamos a V. Exas. a respectiva Declaração Ambiental.

Com os melhores cumprimentos.

Este Documento Contém a Assinatura Digital Qualificada de:
MUNICÍPIO DE ANSIÃO
O Presidente da Câmara Municipal
[CM-ANSIAO] Rui Alexandre Novo e Rocha
10-08-2015 16:46:36

CÂMARA MUNICIPAL DE ANSIÃO

Praça do Município | 3240-143 Ansião | Contribuinte: 506 605 930
Tel.: 236 670 200 | Fax.: 236 677 481 | Número Verde.: 800 910 204



PRIMEIRA REVISÃO DO
PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ANSIÃO

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA _ DECLARAÇÃO AMBIENTAL

26 de junho de 2015

[Texto convertido pelo conversor da Porto Editora, respeitando o Acordo Ortográfico de 1990]

2

Esta página foi deixada em branco propositadamente

Data de aprovação

Ansião, 26 de junho de 2015

O Presidente da Câmara Municipal de Ansião



Índice

- 1_ Nota Introdutória, 3
- 2_ A forma como as considerações ambientais e o Relatório Ambiental foram integrados no Plano, 4
- 3_ Consulta Pública, 11
 - 3.1_ Observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7.º do DL 232/2007, 11
 - 3.2_ Os resultados das consultas realizadas nos termos do artigo 8.º do DL 232/2007 (Estados Membros da União Europeia), 14
- 4_ As razões que fundaram a aprovação do plano à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração, 15
- 5_ As medidas de controlo previstas, 18



1_ Nota Introdutória

A primeira revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Ansião foi aprovada em Assembleia Municipal, em **26 de junho de 2015**.

A presente Declaração Ambiental (DA) foi desenvolvida com base no estipulado no Artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio) onde constam os elementos que devem ser incluídos na Declaração Ambiental, designadamente:

- a) A forma como as considerações ambientais e o Relatório Ambiental foram integrados no plano;
- b) As observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7.º e os resultados da respetiva ponderação, devendo ser justificado o não acolhimento dessas observações;
- c) Os resultados das consultas realizadas nos termos do artigo 8.º (Estados Membros da União Europeia);
- d) As razões que fundaram a aprovação do plano à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração;
- e) As medidas de controlo previstas (em conformidade com o disposto no artigo 11.º).



2_ A forma como as considerações ambientais e o Relatório Ambiental foram integrados no Plano

O processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) implicou um primeiro momento de definição do âmbito, que permitiu configurar os temas fundamentais em avaliação que integraram os Fatores Críticos de Decisão (FCD). Nesta fase da AAE, tomando como elementos de base os Fatores Ambientais (FA) que se expressam nas características intrínsecas do território em questão, realizou-se uma análise focada na interação das Opções Estratégicas (QE) da proposta de revisão do PDM de Ansião com os objetivos do Quadro de Referência Estratégico (QRE) preconizado para a proposta de revisão do PDM. Com esta análise foi determinado o grau de convergência dos objetivos estratégicos do PDM com os objetivos de ambiente e sustentabilidade preconizados nos diversos instrumentos de política ambiental que integram o QRE.

Identificaram-se as questões de sustentabilidade ambiental que se prefiguraram determinantes para o objeto em análise, a proposta de revisão do PDM de Ansião, tendo as mesmas sido integradas nos Fatores Críticos de Decisão, por forma a contribuir para o processo de tomada de decisão e promover o alcance do(s) objetivo(s) de sustentabilidade ambiental pretendidos na execução da revisão do PDM de Ansião. Desta forma, foram definidos como FCD a analisar no âmbito da AAE, que reuniram os aspetos de ambiente e sustentabilidade relevantes que serviram de base para a tomada de decisão:

- a) Paisagem e Património Cultural
- b) Biodiversidade
- c) Estrutura Urbana
- d) População

Atendendo ao Relatório de Fatores Críticos desenvolvido e aos pareceres emitidos pelas entidades consultadas com responsabilidades ambientais específicas, foi elaborado o Relatório Ambiental e o Resumo Não Técnico.

A metodologia de AAE adotada, no âmbito da elaboração do Relatório Ambiental, para a caracterização de cada um dos FCD definidos, envolveu a integração dos seguintes elementos:

- a) Caracterização da situação existente e análise das principais tendências na ausência da execução do Plano.
- b) Análise dos efeitos esperados pela execução do Plano.
- c) Avaliação estratégica de oportunidades e ameaças.
- d) Proposta de um programa de seguimento, com diretrizes para planeamento, monitorização e gestão.
- e) Estabelecimento de um quadro de governança para a ação.
- f) Orientações para o estabelecimento de um plano de controlo para acompanhamento do processo.

Da análise de cada um dos Fatores Críticos de Decisão resultou ainda a indicação da necessidade de integração de algumas questões ambientais consideradas importantes, nos objetivos estratégicos do próprio plano.

Assim, as opções estratégicas e respetivos objetivos estratégicos inerentes à revisão do PDM de Ansião, que se encontram expressos nos elementos que acompanham a proposta de revisão do PDM, integram domínios de caráter ambiental, social e de ordenamento do território considerados relevantes e convergentes com uma política de sustentabilidade inspirada nos referenciais estratégicos definidos no âmbito da AAE (Quadro 1).



Quadro 1 – Opções Estratégicas e Objetivos Estratégicos da proposta de revisão do PDM de Ansião (Fonte: adaptação dos estudos setoriais que suportam a proposta de revisão do PDM de Ansião)

| Opção Estratégica 1 | Preservar, Qualificar e Valorizar o Sistema Biofísico (Ambiente e Paisagem) |
|--|--|
| | Objetivos Operacionais |
| <ul style="list-style-type: none"> - Defesa e salvaguarda de corredores naturais (<i>continuum naturale</i>) de forma a assegurar as ligações naturais entre a estrutura ecológica regional e local; - Implementação/acompanhamento das medidas/ações estabelecidas nos Planos de Bacia Hidrográfica do Tejo e do Mondego, com vista a conservar de forma adequada a rede hidrográfica e minimizar os riscos de inundaçāo e de erosão; - Preservação e valorização do património natural, numa ótica de sustentabilidade dos territórios integrados em Rede Natura 2000 e demais servidões (REN e RAN); - Valorização da Estrutura Ecológica Municipal entendendo-a como instrumento capaz de preservar e valorizar o património natural do concelho, promovendo a sua ligação ao património construído, nomeadamente aglomerados com características de interesse para o registo histórico do povoamento, mas também capaz de garantir a qualidade ambiental dos espaços urbanos e a sua articulação com os espaços rurais; - Enquadurar paisagicamente as pedreiras, sucatas e outras feridas da paisagem; - Recuperação e valorização do potencial natural e paisagístico dos principais cursos de água – Rio Nabão, Ribeira da Sarzeda, Ribeira de Albarrol, Ribeira de Ansião, Ribeiras Figueiras Podres, Ribeira do Mogadouro, Ribeira de Vale Todos, Ribeira da Velha, entre outras – através da sua integração em projetos de natureza cultural, turística e desportiva. | |

| Opção Estratégica 2 | Consolidar e Qualificar a Rede Urbana Municipal |
|--|---|
| | Objetivos Operacionais |
| <ul style="list-style-type: none"> - Contenção do disperso e qualificação dos espaços urbanos, promovendo o seu funcionamento em rede - Reforço e valorização do papel da sede de concelho - as vilas de Ansião e Avelar, como principais centros de bens e serviços de nível concelhio e dos perímetros urbanos de 2º nível, sedes de freguesia, designadamente Chão de Couce e Santiago da Guarda enquanto centros de maior dimensão de concentração de bens e serviços locais; - Inversão do processo de despovoamento/abandono de freguesias de características mais rurais, através do reforço e valorização da existência de serviços de proximidade, bem como a implementação de equipamentos sociais de apoio aos tempos livres da população escolar e de | |



equipamentos de apoio à população idosa;

- A contenção do disperso dentro dos limites das áreas já afetadas por este tipo de povoamento, evitando a criação de novas áreas de expansão urbana;
- A criação de uma estrutura urbana que permita uma gestão integrada e mais sustentável das redes de infraestruturas da rede viária e dos equipamentos públicos;
- A consolidação das estruturas e do tecido urbano dos aglomerados, salvaguardando a identidade sustentabilidade dos lugares, e garantindo uma qualificação dos canais da rede viária e dos espaços públicos adequada à ocupação prevista, no sentido da fixação da população

| Opção Estratégica 3 | Fortalecer a Base Económica Municipal construindo um Território Atrativo e Competitivo no contexto regional |
|---------------------|--|
| | Objetivos Operacionais |
| | <ul style="list-style-type: none">- Criação de um centro de formação profissional e apostar na procura de parcerias com instituições nacionais de formação profissional, visando a qualificação dos recursos humanos e a atração de novas empresas- Apostar na formação da população residente, aliando a oferta da formação disponível com as necessidades do mercado local- Elaboração de roteiro turístico, de âmbito multimunicipal, indissociável do roteiro cultural e aliado à promoção de uma —marca territorial— de qualidade, de notoriedade, integrado e de forte conectividade ambiental e cultural- Apostar numa oferta cultural forte concentrada em apenas alguns produtos identitários, dotados de grande potencial divulgador da região e do concelho – vinho, da azeitona e dos produtos endógenos da Serra de Sicó (queijo rabaçal, o cabrito, o borrego, os vinhos, a aguardente de medronho, o mel, os frutos secos, o azeite, a doçaria conventual)- Infraestruturação de novas áreas para localização empresarial- Desenvolvimento de programas de requalificação das áreas empresariais instaladas- Regulamentação urbanística que condicione a instalação de novas indústrias e atividades económicas cumprindo critérios de qualidade ambiental e urbanística- Regulamentação que permita uma forte intervenção municipal, proativa e indutora de crescimento económico, emprego e desenvolvimento social- Promover o ecoturismo e os produtos endógenos- Apoiar as atividades económicas ligadas à floresta- Promover a empregabilidade e o dinamismo comercial e de serviços |



| Opção Estratégica 4 | Desenvolver e Qualificar REDES (infraestruturas, equipamentos, comunicação e acessibilidades) |
|---|---|
| | Objetivos Operacionais |
| <ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a acessibilidade do município nos eixos Interior/Litoral e o Norte/Sul, definição dos traçados dos IC3 e IC8 e com melhoria das condições de segurança, de circulação e ambientais - Manutenção das ligações entre os principais núcleos urbanos e destes com a sede do município, completando e requalificando a rede viária secundária e melhorando a sua articulação com a rede principal - Garantir uma gestão mais racional da rede viária municipal, através da nova hierarquização proposta que define parâmetros para a intervenção nas vias e nas faixas marginais, em função do tipo de via e da ocupação marginal prevista - Manter os níveis de atendimento no abastecimento de água, melhorar a drenagem de águas residuais e melhorar a recolha de resíduos sólidos urbanos (recolha seletiva) - Dotar o concelho de uma rede de equipamentos escolares e pré-escolares, com dimensão e aptidão adequada à população (existente e perspetiva) - Promover a prática desportiva em todos os escalões etários, no sentido da adoção de hábitos de vida saudáveis - Exercer pressão no sentido da melhoria dos serviços de saúde e do seu acesso /proximidade equitativo | |

| Opção Estratégica 5 | Integrar em todos os domínios da Gestão, os Princípio da Sustentabilidade e da Eficiência. |
|---|--|
| | Objetivos Operacionais |
| <ul style="list-style-type: none"> - Promover o uso eficiente da água e da energia em todos os edifícios e redes públicas; - Incentivar usos e formas de mobilidade sustentável; - Promover o desenho de espaços públicos sustentáveis - Promover a criação de polos empresariais que valorizem e apostem a imagem e na qualidade "eco ambiental" reconhecidas. | |

Salienta-se que, para além de se verificar o atendimento das questões de sustentabilidade ambiental nos objetivos estratégicos expostos no plano, as matérias ambientalmente significativas encontram-se transpostas para os elementos do plano com caráter vinculativo, designadamente no seu regulamento.

Neste contexto, importa evidenciar que dos "Instrumentos de Gestão Territorial a observar" inseridos no Artigo 4.º do regulamento da revisão do PDM, constam o PEASSAR II (Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais), o PNUEA (Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água) e a ENEAPAI (Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais).

Por outro lado, relativamente às "Zonas Inundáveis ou ameaçadas pelas cheias" (Artigo 19.º), o regulamento prevê o seguinte:

- "1. As zonas inundáveis identificadas na Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo, correspondem às áreas contíguas à margem dos cursos de água que se estendem até à linha alcançada pela maior cheia conhecida, com probabilidade de ocorrência num período de retorno de um século.
2. As zonas inundáveis asseguram a função de proteção da linha de água e da galeria ripícola, destinando-se predominantemente à criação de zonas verdes, como parques e jardins públicos que apresentem um nível elevado de permeabilidade do solo e cuja modelação de terreno favoreça a infiltração das águas, sem prejuízo do regime jurídico das áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional."

Existe ainda no regulamento uma secção específica (Secção II) que diz respeito à "Estrutura Ecológica Municipal" (EEM). De acordo com o articulado no n.º 1 do Artigo 11.º, "Os solos pertencentes à estrutura ecológica municipal integram um conjunto de áreas, valores e sistemas fundamentais que, em virtude das suas características biofísicas ou culturais, da sua continuidade ecológica e do seu ordenamento, têm por função principal contribuir para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização ambiental do território do Município", sendo que, de acordo com o n.º 3 do Artigo supramencionado, "A Estrutura Ecológica Fundamental (EEF) compreende as áreas e os corredores que constituem o suporte dos sistemas ecológicos fundamentais que ocorrem no Município, sendo constituída por:

- a) Ecossistemas da Reserva Ecológica Nacional;
- b) Áreas de Verde Urbano;
- c) Áreas integradas na Reserva Agrícola Nacional."

O regulamento contempla ainda, nas alíneas d) e e) do n.º 5 do Artigo 40.º, relativamente a instalações agropecuárias, o seguinte articulado:

- "d) Nas novas instalações agropecuárias deve garantir-se um afastamento mínimo de 200 metros às áreas classificadas como urbanas, áreas de edificação dispersa, aglomerados rurais e a empreendimentos turísticos;



- e) Podem admitir-se distâncias menores que os 200 metros exigidos na alínea anterior desde que se promova uma “cortina verde” de isolamento e proteção na envolvente da área edificada, com o mínimo de 50 metros, através de arborização por espécies de folha perene e ainda, observar as orientações constantes na Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI).”

De salientar, ainda, que a integração de questões de sustentabilidade ambiental no Plano foram asseguradas através da definição de um Plano de Controlo que força a aplicação de medidas de sustentabilidade na fase de execução do plano. Neste contexto, acresce a importância da **fase de seguimento**, que promove o acompanhamento da implementação da proposta de revisão do PDM de Ansião, através da monitorização da evolução dos principais indicadores de sustentabilidade, sua análise face a metas estabelecidas em documentos estratégicos, e ainda a possibilidade de se efetuar uma revisão periódica ao plano de controlo proposto (Quadro 3 e Quadro 4).

Avaliada a eficácia do plano de controlo, a sua revisão permitirá aferir, reforçar ou corrigir, aspetos contemplados nas medidas de controlo que terão influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e com a qualidade ambiental do concelho.



3_ Consulta Pública

3.1 Observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7.º do DL 232/2007

De acordo com o n.º 1, do Artigo 7.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio) a Avaliação Ambiental Estratégica requer que, antes da aprovação do plano e do respetivo relatório ambiental, a entidade responsável pela sua elaboração (Câmara Municipal de Ansião) promova a consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da sua aplicação.

No quadro seguinte apresenta-se o sumário das sugestões, comentários e/ou assuntos abordados nos pareceres emitidos pelas Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAЕ) consultadas, relativamente ao Relatório Ambiental entregue. Todas as sugestões mereceram especial atenção, tendo sido na sua maioria consideradas na revisão do relatório ambiental final. As questões que não sofreram alteração, de acordo com as sugestões das ERAE, foram alvo de justificação.



Quadro 2 - Sumário das sugestões, comentários e/ou assuntos abordados nos pareceres apresentados pelas entidades ao Relatório de fatores Críticos de Decisão

| ERAЕ | Data do Parecer | Principais aspectos focados no parecer | Comentários da Equipa Técnica |
|--|-----------------|--|--|
| Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR Centro) | 17/10/2008 | A estrutura do Relatório dos Fatores Críticos (RFC), de um modo geral, responde ao pretendido | |
| | | O RFC apresenta objetivos gerais e específicos por área temática, bem como define linhas estratégicas de desenvolvimento para os domínios do setor produtivo, do território, do ambiente e cultura | |
| | | No Quadro de Referência Estratégico sugere-se a incorporação de alguns instrumentos de âmbito local com caráter estratégico | A equipa técnica incorporou a Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB), o Plano Nacional da Água (PNA), o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), o Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural e o Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) |
| | | Considera que a justificação que levou à seleção dos FCD não foi devidamente apresentada | A equipa técnica incorporou a justificação dos mesmos |
| | | Considera que alguns dos indicadores apresentados não parecem ajustados e adaptados aos objetivos a atingir e que os mesmos devem apresentar unidades de medição | A equipa técnica ajustou os indicadores a analisar |
| Direção Regional da Agricultura e Pescas | 29/09/2008 | A entidade identifica falta de objetividade na definição dos indicadores | A equipa técnica ajustou os indicadores a analisar |

O processo de consulta pública, de acordo com o n.º 6, do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio) prevê ainda que o projeto de plano e o respetivo Relatório Ambiental sejam “*submetidos a consulta pública, por iniciativa da entidade responsável pela sua elaboração, tendo em vista a recolha de observações e sugestões formuladas por associações, organizações ou grupos não governamentais e pelos interessados que possam de algum modo ter interesse ou ser afetados pela sua aprovação ou pela futura aprovação de projetos por aquele enquadrados*”. De forma a dar cumprimento a este procedimento, os documentos que integram a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Ansião estiveram disponíveis para consulta pública e esclarecimento (em formato papel e digital) na Divisão de Obras Particulares e Urbanismo da Câmara Municipal, no horário de expediente, e na página oficial do Município na internet (www.cm-ansião.pt).

A consulta pública decorreu no período compreendido entre 2 de abril e 4 de maio de 2015.

O período para consulta e esclarecimento foi publicitado através de Aviso e de divulgação feita na página de internet da Câmara Municipal (www.cm-ansião.pt), em quatro publicações de jornal, dois de âmbito nacional, Jornal “Público”, edição Lisboa de 31 de março de 2015, Jornal “Público”, edição Porto de 31 de março de 2015, um de âmbito municipal, Jornal “Horizonte” de 1 de abril de 2015 e um de âmbito regional, Jornal “Serras de Ansião” de 15 de abril de 2015, bem como em editais afixado em locais de maior afluência de pessoas, como a Câmara Municipal e nas sedes das Juntas de Freguesia.

De referir que, durante esta fase de discussão pública, não foram registadas quaisquer reclamações, observações, sugestões ou pedidos de esclarecimento relativo aos conteúdos retratados no Relatório Ambiental ou no Resumo Não Técnico.



3.2_ Os resultados das consultas realizadas nos termos do artigo 8.º do DL 232/2007 (Estados Membros da União Europeia)

No âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Ansião, não foi considerada a necessidade de efetuar consulta a **nenhum** estado membro da União Europeia devido, não só à localização geográfica do plano em análise, como também pelo facto de **não** se prever que as opções estratégicas e objetivos estratégicos inerentes à proposta de revisão do plano em análise sejam suscetíveis de produzir efeitos significativos no ambiente de outro Estado Membro da União Europeia.



4_ As razões que fundaram a aprovação do plano à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração

A revisão do PDM de Ansião surge pela necessidade de ajustar e atualizar as estratégias de desenvolvimento que se pretendem desenvolver, devendo a proposta de revisão dispor de mecanismos e de instrumentos urbanísticos eficazes, capazes de mobilizar e de despertar dinâmicas, assim como estabelecer um modelo estratégico para o concelho que possibilite a identificação das principais preocupações e aspirações de desenvolvimento do município.

O Modelo Estratégico definido para Ansião deve considerar a necessidade de conciliar os Fatores Fortes de Atração que existem no território e na região; as estratégias definidas para a região; o Território Municipal na sua essência e as Dinâmicas e Estratégias Locais. Considerando estas dimensões tem de haver capacidade de desenhar um Modelo Estratégico que procure conciliar o equilíbrio entre, (Relatório de Fundamentação e Execução, 2015):

- a) Os valores do suporte biofísico (ambientais, paisagísticos e ecológicos) que marcam e caracterizam o território conferindo-lhe, também, identidade;
- b) A realidade existente materializada na cultura e nas formas de vida locais;
- c) A vontade de criar melhores condições e vida materializada na criação de emprego e de riqueza.



Figura 1 – Esquema de Reflexão base para a definição do Modelo Estratégico de Desenvolvimento
(Relatório de Fundamentação e Execução, 2015)

Desta forma, o Modelo Territorial e os diversos posicionamentos Estratégicos elegem para Ansião cinco áreas fundamentais (Relatório de Fundamentação e Execução, 2015):

- As preocupações evidenciadas nos discursos atuais do desenvolvimento: Sustentabilidade, Competitividade e Coesão Social. Da Agenda 21, às Comunidades Sustentáveis, ao EDEC ou mesmo à Agenda de Lisboa, a filosofia de base é aceite e defendida pelo município. A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade e a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável constituem referências para a adoção e implementação de políticas públicas e seletividade de investimentos, tal como a salvaguarda de valores como a paisagem (Convenção Europeia da Paisagem);



- A Contenção urbana procurando garantir a coesão existente. E essa tendência é para manter e reforçar. Basta olhar para a Planta de Ordenamento e facilmente constatamos que as fronteiras entre o Rural e o Urbano estão bem definidas e os índices de dispersão não são significativos.
- Seguir as orientações de interpretação do território que a estrutura Biofísica oferece e permite. A Planta de Ordenamento tem a preocupação de traduzir uma forma de ler o território muito “agarrada” à sua estrutura biofísica.
- A aposta em áreas empresariais atrativas, considerando nesta aposta 3 níveis: Imagem, ambiente, acessibilidade.
- A aposta no Turismo, no recreio e no Lazer num contexto de criação de uma imagem de um “território do lazer” de forte componente e relação paisagística e ambiental.

Pelo exposto, e pela análise exaustiva, argumentação e justificações apresentadas nos diferentes documentos que suportam a revisão do PDM de Ansião, não foram consideradas alternativas à estratégia proposta, com exceção da análise da alternativa zero (correspondente à evolução do território na ausência da implementação da proposta de revisão do plano), considerando-se que a proposta de PDM sob análise responde às melhores opções a serem tomadas para o desenvolvimento do território concelhio.



5_ As medidas de controlo previstas

De acordo com o definido na alínea h) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio) no Relatório Ambiental deve constar “uma descrição das medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11.”.

Estas medidas devem ainda constar na presente Declaração Ambiental e ser objeto de verificação por parte da Câmara Municipal de Ansião, na fase de seguimento do Plano, de forma a identificar e corrigir, atempadamente, os efeitos negativos imprevistos no ambiente, decorrentes da aplicação e execução do plano.

Assim, para que a proposta de revisão do PDM de Ansião apresente uma contribuição efetiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local, regional e global, foi definido um Plano de Controlo que visa assegurar a garantia de cumprimento das diretrizes de planeamento, de gestão, de monitorização e avaliação, aquando a execução do Plano. Neste contexto, o Plano de Controlo insere-se na Fase de Seguimento do processo da AAE, uma vez que pretende acompanhar o ciclo de planeamento e programação no período de execução do PDM.

Importa que este Plano de Controlo seja suportado e monitorizado através dos indicadores de avaliação estratégica previamente selecionados, com o objetivo de garantir a eficácia e eficiência na execução do Plano. Para cada um dos indicadores, foram definidas Medidas de Gestão Ambiental a desenvolver durante a execução do Plano, que permitirão ao município atingir as metas de sustentabilidade que preconizou, alcançando deste modo as metas definidas em documentos estratégicos.

O Quadro 3 apresenta os indicadores de sustentabilidade considerados pertinentes para a fase de acompanhamento e seguimento das diferentes fases de implementação da revisão do PDM de Ansião e define as diretrizes de gestão ambiental a desenvolver.



O Quadro 4 focaliza particularmente os indicadores de sustentabilidade definidos e o posicionamento do município de Ansião face a metas estabelecidas, quer em documentos estratégicos, quer pela própria autarquia. Apesar de não ter sido possível obter o valor base para alguns dos indicadores identificados, considera-se importante desenvolver estudos que garantam a informação necessária para a fase de monitorização/seguimento.

Importa salientar que os indicadores apresentados no Plano de Controlo se reduzem à área territorial, às competências da Câmara Municipal no território bem como às características mais pertinentes para acompanhamento da evolução do plano.

Quadro 3 – Plano de Controlo: indicadores de sustentabilidade e diretrizes de seguimento.

| Fator Crítico para a Decisão | Critérios de Avaliação | Diretrizes para seguimento |
|--------------------------------|-------------------------|---|
| Paisagem e Património Cultural | Identidade Cultural | <ul style="list-style-type: none"> • Monitorizar o estado de conservação do património de interesse etnográfico, etc.) quer seja através da divulgação de eventos culturais • Identificar e monitorizar as intrusões visuais na paisagem • Fiscalizar e criar medidas de minimização dos impactes ao nível da paisagem • Avaliar e monitorizar os fogos florestais, bem como assegurar a implementação de medidas de vigilância e reflorestação de áreas ardidas • Avaliar a eficácia das medidas de prevenção e combate aos incêndios florestais definidas pelo PIVDFCI |
| | Paisagem natural | <ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a produção de energias através de fontes renováveis • Incentivar a utilização de energias alternativas • Promover a protecção e preservação dos recursos naturais no concelho. |
| | Investimentos efetuados | |
| | | |

| Fator Crítico para a Decisão | Criterios de Avaliação | Diretrizes para seguimento | |
|----------------------------------|------------------------|--|--|
| | | | |
| Áreas protegidas e classificadas | | <ul style="list-style-type: none"> • Promoção e desenvolvimento de ações de sensibilização ambiental para a população em geral e para empresários e, industriais da região • Promover a proteção e preservação dos recursos naturais no concelho • Assegurar que a implantação de infraestruturas é compatibilizada com as áreas ecologicamente sensíveis, ou de reconhecido valor paisagístico e patrimonial, com as áreas mais densamente povoadas • Salvaguardar os habitats ecologicamente mais sensíveis • Implementar as orientações de gestão do Plano Setorial da Rede Natura 2000 | |
| Valores naturais | | | |
| Ocupação do solo | | <ul style="list-style-type: none"> • Monitorizar a ocupação em áreas de RAN e de REN • Monitorizar a integração das orientações estratégicas nacionais e regionais nas políticas, planos e programas municipais | |
| Biodiversidade | Qualidade ambiental | <ul style="list-style-type: none"> • Promoção e desenvolvimento de ações de sensibilização ambiental para a população em geral, bem como para empresários e industriais da região • Promover a responsabilidade ambiental e social das iniciativas empresariais a implementar no concelho • Assegurar que o acolhimento de novas atividades seja suportado por sistemas de recolha, tratamento e valorização de efluentes e resíduos adequados à tipologia de atividades a serem implementadas • Monitorizar a eficiência e estado de conservação dos sistemas de tratamento de águas residuais, de modo a prevenir descargas de efluentes não tratados e contaminação dos meios receptores • Implementação de sistemas de monitorização da qualidade do ar no concelho, em especial junto dos vias rodoviárias com maior tráfego, zonas industriais e centros urbanos • Desenvolver e implementar um sistema de monitorização da qualidade das águas subterrâneas e superficiais do concelho, nomeadamente nas zonas mais vulneráveis • Monitorizar e manter atualizado as principais fontes de poluição do concelho | |

| Fator Crítico para a Decisão | Critério de Avaliação | Diretrizes para Seguimento |
|------------------------------|------------------------------|---|
| | Dispersão urbana | <ul style="list-style-type: none"> • Assegurar, prioritariamente, a consolidação das áreas urbanas, evitando a proliferação de novas expansões desarticuladas dos espaços consolidados • Programar criteriosamente as fases de execução das áreas de expansão • Contraria a aplicação em solo rural dos modelos de expansão urbanística tradicionais, assegurando a redução da pressão urbanística em áreas eminentemente rurais • Assegurar as tipologias habitacionais dominantes nos espaços rurais, evitando a construção de tipologias plurifamiliares • Considerar o potencial de reconversão de espaços urbanos expectantes e desqualificados para solo rural |
| Estrutura Urbana | Qualidade dos espaços verdes | <ul style="list-style-type: none"> • Inventariar e monitorizar os espaços verdes de utilização coletiva • Aumentar a captação de espaços verdes de caráter público |
| | Desporto | <ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a integração paisagística dos equipamentos desportivos de forma a criar unidades de recreio e desporto • Monitorizar as taxas de ocupação dos equipamentos coletivos • Monitorizar os níveis de execução do solo urbano |
| | Infraestruturas | <ul style="list-style-type: none"> • Monitorizar a ocupação humana em áreas florestais e agrícolas • Monitorizar a integração das orientações estratégicas nacionais e regionais nas políticas, planos e programas municipais |

| Fator Crítico para a Decisão | Critério de Avaliação | Diretrizes para Seguimento |
|------------------------------|---|----------------------------|
| Dinâmica empresarial | <ul style="list-style-type: none"> • Monitorização da qualidade e nível de vida da população provocado pelo surgimento de novas atividades empresariais • Monitorizar a integração das orientações estratégicas nacionais e regionais nas políticas, planos e programas municipais • Monitorização do contributo das atividades empresariais para o aumento da oferta de emprego • Estabelecer normas que à instalação das atividades industriais nos espaços definidos para o efeito | |
| População | <ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a fixação de população jovem • Monitorização do número e tipo de residentes no concelho • Promover a integração socioprofissional da população local na implantação das atividades económicas/industriais | |
| Mobilidade e acessibilidades | <ul style="list-style-type: none"> • Elaborar o plano de acessibilidades e mobilidade municipal | |

Quadro 4 – Plano de Controlo: Indicadores de sustentabilidade e posicionamento do Município de Ansião relativamente às metas pretendidas para a área do Plano

| FCD | Critério de Avaliação | Indicadores | Unidade | Âmbito Territorial | Fonte de Informação / Ano | Situação Atual | Meta a atingir |
|--|--|--|-----------|--------------------|---------------------------|----------------|----------------|
| Identidade Cultural | Identificação e classificação do património de interesse cultural | Património e do âmbito nacional | N.º | Municipal | DRCC / 2014 | 5 | Manter |
| | Identificação de aglomerados habitacionais com valor cultural | Património municipal | N.º | Municipal | CMA / 2014 | 28 | Manter |
| Identificação de intrusões visuais na paisagem | Identificação de circuitos culturais | Sítios Arqueológicos | N.º | Municipal | CMA / 2014 | 44 | Manter |
| | Explorações de recursos geológicos | Explorações de recursos geológicos | N.º | Municipal | CMA / 2014 | 7 | Manter |
| Paisagem natural | Ocupação florestal no concelho | Áreas Industriais | N.º | Municipal | CMA / 2014 | 5 | Manter |
| | Muito Baixo | Parque de Sucata | N.º | Municipal | CMA / 2014 | 1 | Diminuir |
| Investimentos efetuados | Risco de Incêndio | Parque Eólico | N.º | Municipal | CMA / 2014 | 1 | 0 |
| | Muito Alto | Vias Rápidas | N.º | Municipal | CMA / 2014 | 1 | Aumentar |
| Investimentos efetuados | Área ardida | Ocupação florestal no concelho | Ha | Municipal | CMA / 2014 | 1 | Manter |
| | N.º de Incêndios | Muito Baixo | % | Municipal | CMA / 2014 | 9117,77 | Manter |
| Investimentos efetuados | Investimentos na preservação/recuperação do património e da paisagem | Baixo | % | Municipal | CMA / 2014 | 21,39 | * |
| | Produção de energia a partir de fontes renováveis | Médio | % | Municipal | CMA / 2014 | 20,33 | ** |
| Investimentos efetuados | Produção de energia a partir de fontes renováveis | Alto | % | Municipal | CMA / 2014 | 19,46 | * |
| | Produção de energia a partir de fontes renováveis | Muito Alto | % | Municipal | CMA / 2014 | 19,49 | * |
| Investimentos efetuados | Produção de energia a partir de fontes renováveis | Área ardida | Ha | Municipal | ICNF/2013 | 19,32 | * |
| | Produção de energia a partir de fontes renováveis | N.º | Municipal | ICNF/2013 | 4,03 | Diminuir | |
| Investimentos efetuados | Produção de energia a partir de fontes renováveis | Investimentos na preservação/recuperação do património e da paisagem | € | Municipal | INE/2013 | 19 | Diminuir |
| | Produção de energia a partir de fontes renováveis | Produção de energia a partir de fontes renováveis | MWh/ano | Municipal | Catavento / 2014 | 0 | Investir |
| Investimentos efetuados | Produção de energia a partir de fontes renováveis | Produção de energia a partir de fontes renováveis | MWh/ano | Municipal | Catavento / 2014 | 14400 | Aumentar |
| | Produção de energia a partir de fontes renováveis | Produção de energia a partir de fontes renováveis | MWh/ano | Municipal | Catavento / 2014 | 14400 | Aumentar |

| FCD | Critério de Avaliação | Indicadores | Unidade | Âmbito Territorial | Fonte de Informação / Ano | Situação Atual | Meta a atingir |
|----------------------------------|--|---------------------------|-----------|--------------------|---------------------------|----------------|----------------|
| | | | | | | | |
| Áreas protegidas e classificadas | Área protegida Área da Rede Natura 2000 | N.º | Há | Municipal | ICNF / 2014 | 7337 | Manter |
| Valores naturais | Habitat prioritários Espécies prioritárias | N.º | Há | Municipal | ICNF / 2014 | 13 | Aumentar |
| Ocupação do solo | Área afeta à ocupação urbana Conflitos de uso com a Rede Natura 2000* | N.º | Há | Municipal | CMA / 2014 | 1808,6 | Manter |
| | Área afeta à REN Área afeta à Estrutura Ecológica Municipal | Há | Municipal | ICNF / 2014 | * | * | |
| | Área afeta à RAN Áreas de regadio | Há | Municipal | CMA / 2014 | 9158,8 | Manter | |
| | Áreas de culturas permanentes | Há | Municipal | CMA / 2014 | 11809,1 | Manter | |
| | Estado (quantitativo) das águas superficiais e subterrâneas | % | Municipal | CMA / 2014 | 2496,12 | Manter | |
| | Estado (qualitativo) das águas superficiais e subterrâneas | % | Municipal | CMA / 2014 | 12,2 | Manter | |
| | Reutilização das águas | Classificação qualitativa | Municipal | ERSAR/2013 | 1764 | Manter | |
| Qualidade ambiental | Condições de escoamento superficial ao longo das superfícies impermeabilizadas | Classificação qualitativa | Municipal | CMA / 2014 | 99,81 | 100 | * |
| | Qualidade do ar | Classificação qualitativa | Municipal | CMA / 2014 | * | * | |
| | Fontes de poluição | Sim/Não | Municipal | CMA / 2014 | Sim | Diminuir | |

Biodiversidade

| FCD | Critério de Avaliação | Indicadores | Unidade | Âmbito Territorial | Fonte de Informação / Ano | Situação Atual | Meta a atingir |
|------------------------------|---|--|-----------|--------------------|---------------------------|----------------|----------------|
| Dispersão Urbana | Variação do n.º de lugares censitários por escalação de dimensão populacional | N.º | Municipal | INE / 2001 | 182 | | |
| | Densidade populacional | Hab/km ² | Municipal | INE / 2011 | 74,5 | | |
| | Peso do solo urbano no total do concelho | % | Municipal | CMA / 2014 | 10,27 | Manter | |
| | Localização das áreas de expansão e novas áreas | Ha | Municipal | CMA / 2014 | 43,29 | Manter | |
| Qualidade dos Espaços Verdes | Capitação de espaços verdes de utilização coletiva | Ha | Municipal | CMA / 2014 | 5,89 | Manter | |
| | Área ocupada pela Estrutura Ecológica Urbana | Ha | Municipal | CMA / 2014 | 27,41 | Manter | |
| | Capitação de equipamentos desportivos | N.º | Municipal | CMA / 2014 | 16 | Manter | |
| | Futuros equipamentos a criar | N.º | Municipal | CMA / 2014 | * | 4 | |
| Desporto | Sistema de abastecimento de águas | % | Municipal | CMA / 2014 | 100 | Manter | |
| | Sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais | N.º | Municipal | CMA / 2014 | 4 | Manter | |
| | ETAR | | | | | | |
| | Rede de recolha e tratamento de resíduos sólidos | Estação de Transferência de Resíduos | Municipal | CMA / 2014 | 1 | Manter | |
| Infraestruturas | Taxas de cobertura das infraestruturas urbanas | Com água canalizada | Municipal | CMA / 2014 | 1 | Manter | |
| | | Com sistema de drenagem de águas residuais | Municipal | INE / 2011 | 99,6 | 100 | * |
| | | | Municipal | INE / 2011 | 99,7 | 100 | |
| | alojamentos familiares clássicos | | | | | | |
| Estrutura Urbana | | | | | | | |

| FCD | Critério de Avaliação | Indicadores | Unidade | Âmbito Territorial | Fonte de Informação / Ano | Situação Atual | Meta a atingir |
|------------------------------|-----------------------|--|-----------|--------------------|---------------------------|----------------|----------------|
| População | Dinâmica empresarial | Variação da taxa de constituição de empresas | % | Municipal | INE / 2011 | 7,9 | Aumentar |
| | | Variação da proporção de emprego total em TIC | | Municipal | INE / 2011 | * | r |
| | | Quociente entre a oferta de solo industrial e grau de ocupação | | Municipal | | * | * |
| | | Evolução dos efectivos populacionais | N.º | Municipal | INE / 2011 | 13128 | Aumentar |
| | Fixação da população | Idosos/jovens | % | Municipal | INE / 2011 | 209,4 | Diminuir |
| | | Índice de envelhecimento | % | Municipal | INE / 2011 | 41 | Aumentar |
| | | População em idade ativa | % | Municipal | INE / 2011 | 7 | Aumentar |
| | | Taxa de atratividade | | Municipal | | | r |
| | | Taxa de repulsão | % | Municipal | INE / 2011 | 4,3 | Diminuir |
| | | Densidade da rede viária | km | Municipal | CMA / 2014 | 571 | Manter |
| Mobilidade e acessibilidades | Volume de tráfego | Veículos/hora | Municipal | CMA / 2014 | 2952,3 | Diminuir | * |
| | Novos investimentos | | Municipal | | * | * | |

(*) Indicador importante para ser avaliado na fase de seguimento e de monitorização do plano, mas para os quais não é possível identificar situação atual e/ou meta a atingir.



Para que a proposta de revisão do PDM de Ansião apresente uma contribuição efetiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local, regional e global, deverão ser cumpridas as medidas propostas no Plano de Controlo, que permitirão ao município atingir as metas de sustentabilidade que preconizou, alcançando deste modo as metas definidas em documentos estratégicos.

Avaliada a eficácia do plano de controlo, a sua revisão permitirá aferir, reforçar ou corrigir, aspectos contemplados nas medidas de controlo que terão influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e com a qualidade ambiental do concelho.



AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA _ DECLARAÇÃO AMBIENTAL

26 de junho de 2015

[Texto convertido pelo conversor da Porto Editora, respeitando o Acordo Ortográfico de 1990]